

Signatário Antonio Ferreira de Almeida Júnior: debate necessário sobre higiene e educação¹

Signatory Antonio Ferreira de Almeida Júnior: necessary debate on hygiene and education

Sonia Maria Zanezi Peres²
Lucia Helena Rincón Afonso³
Gleison Peralta Peres⁴

147

Resumo: Este texto é fruto de debates e reflexões sobre o signatário da Escola Nova Antonio Ferreira de Almeida Júnior, acerca da sua contribuição sobre a educação higienista. Tem-se como objetivo apontar as contribuições deste signatário à educação brasileira apresentando elementos de sua biografia e obras que contribuíram para a formação de professores/as e escolas primárias. A coleta de dados se deu a partir de pesquisa bibliográfica sobre o autor e reflexões sobre a educação no início do século XX. Julgamos os resultados relevantes para a higiene e a educação, pois envolvem a formação da nossa sociedade, já que através da educação podemos transformar vidas.

Palavras-chave: Educação. Escola Nova. Escola Primária. Higienismo na Educação.

Abstract: This text is the result of debates and reflections on the signatory of Escola Nova Antonio Ferreira de Almeida Júnior, about his contribution to hygienist education. The objective is to point out the contributions of this signatory to Brazilian education, presenting elements of his biography and works that contributed to the training of teachers and primary schools. Data collection was based on bibliographical research on the author and reflections on education in the early twentieth century. We consider the results relevant for hygiene and

¹ Esta pesquisa conta com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/Prosuc II).

² Doutoranda em Educação (PUC-GO), mestra em História (PUC-GO), pedagoga e historiadora. Técnica administrativa educacional (Seduc/MT). Orcid: 0000-0003-0150-3307. E-mail: soniazanezi@hotmail.com

³ Doutora em Educação (Unesp-SP). Mestra em Sociologia da Comunicação (UCM-Espanha), mestra em História (UFG), historiadora (UFG). Orcid: 0000-0003-3130-8246. E-mail: luciarincon@gmail.com

⁴ Doutorando em Educação (UFMT), mestre em História (PUC-GO), historiador e pedagogo. Professor da Educação Básica na disciplina de História (Seduc/MT). Orcid: 0000-0002-8246-8613. E-mail: gleisonpp@hotmail.com

Recebido em: 11/10/2023

Aprovado em: 06/11/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



education, as they involve the formation of our society, since through education we can transform lives.

Keywords: Education. New school. Primary school. Hygiene in Education

1 Introdução

Este texto é fruto dos debates e reflexões referentes ao II Colóquio Internacional do Diretório e Grupo de Pesquisa "Educação, História, Memória e Cultura em diferentes Espaços Sociais", ocorrido entre os dias 26 e 28 de outubro de 2022, que resultaram na pesquisa bibliográfica e documental referente ao signatário Antonio Ferreira de Almeida Júnior, tratado aqui por Almeida Júnior. Cabe destacar que essas discussões foram realizadas nas aulas do curso de Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, durante o primeiro semestre de 2022, na disciplina de “História da Educação, Memória e Cultura Escolar”, ministrada pela professora Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida.

Apresentamos, neste texto, as considerações e contribuições do signatário Antonio Ferreira de Almeida Júnior em relação ao manifesto da escola nova, cuja área de estudo envolveu o saneamento da educação. A metodologia utilizada se baseia na pesquisa bibliográfica e documental, que apontou elementos para reflexão sobre a atuação de Almeida Júnior em relação à higiene e educação.

O objetivo buscado é apontar elementos relacionados à produção escrita e à atuação do signatário Almeida Júnior no movimento da escola nova, e suas contribuições relativas à higiene nas escolas primárias, assim como a formação de professores/as.

2 A educação no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova

O Manifesto dos Pioneiros da Educação da Escola Nova de 1932 constituiu-se num documento histórico sobre o momento em que se traçaram as bases da política nacional de ensino. Subdividido em introdução, com vinte e cinco páginas escritas por Fernando de Azevedo, o documento completo tinha quarenta e uma páginas com alguns comentários finais e um programa educacional resumido em dez itens, que abordam as questões educacionais brasileiras.

Cabe destacar que o contexto social brasileiro, na época da confecção do manifesto, estava inserido num panorama de transformações mundiais, como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa (1917). Machado (2002) aponta que esses elementos

propiciaram um novo cenário educacional no final do século XIX e começo do XX principalmente na Europa e Estados Unidos.

A partir dessas mudanças, pode-se considerar que as ideias do Manifesto constituíam-se em uma estratégia para o debate e reflexão sobre a educação brasileira, que necessitava de investimentos e que a população fosse atendida. Segundo Machado (2008, p. 108), os debates promovidos pela Associação Brasileira de Educação (ABE):⁵

Através da ABE, foi convocada a IV Conferência Nacional para pressionar o governo a definir e assumir uma política nacional para a educação. Esta se realizou no Rio de Janeiro, em dezembro de 1931, com o tema “As grandes diretrizes da educação popular”. Getúlio Vargas, como chefe do Governo Provisório, abriu o evento, manifestando que estava empenhado na obra de reconstrução do país. Comprometendo-se a acatar as decisões, convocou os educadores para encontrarem uma “fórmula feliz” para definir “o sentido pedagógico”.

Com base no debate realizado, vinte e seis educadores assinaram o Manifesto, e muitos deles se tornaram importantes nomes na história da educação brasileira, dentre eles, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Paschoal Lemme, Cecília Meireles, Afrânio Peixoto, Sampaio Dória, Nóbrega da Cunha, Anísio Teixeira, assim como Antonio Ferreira de Almeida Júnior.

O Manifesto (1932) propunha a ideia de formação integral do indivíduo, que deveria ser respeitada, e que a escola não tivesse um modelo pedagógico único, porém deveria ser estimulado o bem comum, mantendo a ideia de descentralização, em que o Estado deveria assumir a ação supletiva nos lugares onde não havia escolas, assegurando o acesso à educação como direito democrático de forma gratuita e obrigatória até os 18 anos, e mantendo o Estado laico.

Conforme a perspectiva da escola nova proposta no Manifesto, a questão do trabalho estaria ligada como um elemento formador, já que “[...] a atividade espontânea, alegre e fecunda dirigida à satisfação do próprio indivíduo” (MANIFESTO, 1932, p. 54). Definia ainda a diferença entre a escola nova proposta quanto à tradicional:

O que distingue da escola tradicional a escola nova, não é, de fato, a predominância de base manual e corporal, mas a presença, em todas as suas atividades, do fator psicobiológico do interesse, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o estímulo constante ao educando (criança, adolescente ou jovem) a buscar todos os recursos ao seu alcance, “graças à força de atração das necessidades profundamente sentidas” (MANIFESTO, 1932, p. 54).

⁵ A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi fundada em 1924. Reunia intelectuais e profissionais da educação na realização das Conferências Nacionais de Educação, nas quais eram debatidas questões relacionadas à educação e ao ensino. A ABE realizou diversas conferências nacionais sobre a educação e a primeira delas ocorreu em 1927, na cidade de Curitiba (Nota dos autores, 2023).

Ante a necessidade de compreender o papel do Manifesto, um de seus signatários, Teixeira (1999), alerta que o papel do Estado seria manter a educação que privilegiasse a produção da vida.

Obrigatória, gratuita e universal, a educação só poderia ser ministrada pelo Estado. Impossível deixá-la confiada a particulares, pois estes somente poderiam oferecê-la aos que tivessem posses (ou a protegidos) e daí operar antes para perpetuar as desigualdades sociais, que para removê-las. A escola pública, comum a todos, não seria, assim, o instrumento de benevolência de uma classe dominante, tomada de generosidade ou de medo, mas um direito do povo, sobretudo das classes trabalhadoras, para que, na ordem capitalista, o trabalho [...] não se conservasse servil, submetido e degradado, mas igual ao capital na consciência de suas reivindicações e dos seus direitos (TEIXEIRA, 1999, p. 83).

Devido aos desafios, Almeida Júnior (1959, p. 6), ao tratar a relação do ensino primário já na década de 40, destaca que “[...] se reconhece por toda parte (menos no Brasil) a importância fundamental da escola primária”, pois julgava essencial essa modalidade de ensino.

Mesmo diante das dificuldades, segundo Teixeira (1999), o debate relacionado à educação nacional é realizado durante vários anos ainda no século XX, porém, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/1961) foi criado o sistema nacional de ensino. Entretanto, isso não significou a democratização idealizada nos debates e discussões, conforme afirma Saviani (2004, p. 19-20), que aponta as dificuldades deste longo processo, já que:

Logo após a vitória da Revolução de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. A educação começava a ser reconhecida, inclusive no plano institucional, como uma questão nacional. Na seqüência tivemos uma série de medidas relativas à educação, de alcance nacional: em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido ao povo e ao governo, que apontava na direção da construção de um sistema nacional de educação; a Constituição de 1934, que colocava a exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e elaboração de um plano nacional de educação; as ‘leis orgânicas do ensino’, um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 e 1946 por iniciativa de Gustavo Capanema, ministro da Educação do Estado Novo.

Ressalte-se que, apesar das boas intenções do Manifesto, de acordo com Machado (2009, p. 112):

Embora o Manifesto tenha causado grande impacto no período em que foi escrito, não gerou ações concretas; seus princípios pedagógicos não foram absorvidos na organização da escola, nitidamente tradicionalista. Isto favoreceu que os signatários desse documento, juntando-se a outros, redigissem um segundo manifesto, menos

conhecido, mas não menos importante: o “Manifesto dos educadores democratas em defesa do ensino público (1959).

Ainda que os planos e impactos dos Manifestos não tenham surtido o efeito desejado, a discussão e debates relacionados à educação estiveram em pauta e ainda nos dias atuais fazem parte do cotidiano das escolas e universidades brasileiras, na busca pela educação pública gratuita, com qualidade e responsabilidade social e cultural a todos/as brasileiros/as.

3 Antonio Ferreira de Almeida Júnior: considerações sobre sua biografia

De acordo com Begliomini (1941), Antonio Ferreira de Almeida Júnior é mais conhecido por Almeida Júnior, nasceu em 8 de junho de 1892, na cidade de Joanópolis (SP), filho de Antonio Ferreira de Almeida e de Othília Caparica de Almeida. Concluiu os estudos primários e preparatórios em sua terra natal e em São Paulo, matriculou-se em 1906 na Escola Normal da Praça da República, sendo diplomado em 1909. Foi agraciado com prêmios importantes, como "Pereira Barreto" (Física e Química) e "Rio Branco" (História do Brasil, Prêmio Educação Visconde de Porto Seguro, concedido pela Fundação Visconde de Porto Seguro - 1957); Grande Oficial da Ordem Nacional do Mérito Educativo, concedido pelo governo federal (1957), e Prêmio Moinho Santista, setor da educação (1970).

Em 1915, concluiu os exames do curso secundário no Ginásio do Estado, matriculando-se no ano seguinte na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, onde se doutorou em 1921, já com 29 anos de idade, defende a tese “O saneamento pela Educação”.

No que diz respeito à vida familiar, consta que se casou, em 24 de fevereiro de 1922, com Maria Evangelina de Almeida Cardoso, e teve um filho chamado Roberto Luiz Ferreira de Almeida, que foi promotor público em São Paulo. Conforme consta em sua ficha biográfica da Academia de Medicina de São Paulo, organizada por Helio Begliomini (1941, p. 3):

Almeida Júnior formou-se professor normalista em 1909, na Escola Normal da Praça da República, em São Paulo. Em 1910 iniciou suas atividades no magistério como professor primário da Escola Isolada da Ponta da Praia. Ainda nesse ano passou a lecionar na Escola Modelo Isolada de São Paulo. Entre 1911 e 1914 foi professor de francês na Escola Normal de Pirassununga. Atuou ainda no magistério na escola noturna para meninos operários no Instituto Disciplinar (1915-1919); auxiliar de direção (1919); e auxiliar do diretor-geral do Ensino da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1919-1920).

Como se pode verificar, a vida de Almeida Junior é repleta de momentos que engrandeceram sua carreira profissional, principalmente com participação internacional,

quando se licenciou de seu cargo de professor e esteve na Europa em 1913, ainda jovem, com apenas 21 anos, depois de receber sua parte da herança da mãe. A visita à França e a outros países, bem como o contato com George Dumas durante a sua estadia em Paris, configura-se como fatos relevantes a sua carreira.

Ainda em relação a sua atuação profissional, consta em sua biografia que entre 1920 e 1930 ele lecionou biologia e higiene na Escola Normal do Brás, hoje Instituto de Educação Padre Anchieta. Foi bolsista da Fundação Rockefeller, tornou-se assistente extranumerário até 1923. Atuou como professor de física, química e história natural na escola particular Liceu do Rio Branco, sendo um colaborador desde sua fundação, além de dirigi-la no período de 1928-1934.

Em 1928 foi nomeado, através de concurso, como professor livre-docente de medicina legal da Faculdade de Direito de São Paulo do Largo São Francisco, sendo professor catedrático, em 1941. Almeida Junior foi um dos fundadores da Universidade de São Paulo, em 1934. Desempenhou também outros cargos, como: chefe do serviço médico escolar do Estado de São Paulo, tendo colaborado na elaboração do Código de Educação do Estado de São Paulo (1933); diretor de ensino da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1936-1938); membro do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo (1944); secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo (1945-1946), além de membro do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Federal de Educação (1962).

Referentemente a sua trajetória político-partidária, consta que foi presidente da União Democrática Nacional (UDN) nos biênios de 1951-1952 e 1953-1954, sendo candidato a deputado federal em 1950, porém não se elegeu.

Quanto a sua produção bibliográfica para as áreas da educação e medicina, destacam-se: Cartilha de Higiene (1922); Noções de Puericultura (1927); Escola Pitoresca (1934, 1951, 1966); Biologia Educacional: Noções Fundamentais (com 22 edições de 1931 a 1969); Lições de Medicina Legal (1948, chegou a sua 20ª edição e alcançou grande êxito no meio jurídico); Problemas do Ensino Superior (1956); Escola Primária (1959); e Manifesto dos Educadores Democratas em Defesa do Ensino Público (1959).

Considerando a importância de Almeida Junior, e tudo que ficou em sua biografia, nos debruçaremos agora sobre as questões relacionadas à educação, pensada a partir da educação higiênica, principalmente das crianças e na formação de professores/as.

4 Almeida Junior e a educação para curar uma nação

Em seus estudos, na perspectiva educacional, o autor promove novos ideários sobre educação e ensino que, nas palavras de Machado (2002, p. 161):

[...] sem compreender os rumos que a história estava tomando, não é possível entender as questões educacionais, pois elas não existem fora do contexto histórico. Isolar a educação das lutas humanas é dar a ela uma autonomia e um poder que ela não tem [...].

Almeida Junior era engajado ao ensino público, principalmente na colaboração e promoção da educação primária comum democrática, segundo ele, indispensável a nossa sociedade, que perpassa pela escola através dos princípios educacionais.

Por várias décadas a sociedade brasileira sofreu com a falta de investimentos, materiais e financeiros, em todos os níveis de ensino, tanto básico quanto superior, por falta de estrutura física, com elevadas taxas de evasão e repetência, assim como analfabetismo, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, como apontam Giraldelli, Machado e Mélo (2018, p. 163-164).

Assim, tais problemas eram vistos por meio da falta de prédios escolares e de prédios em condições precárias que afetava a expansão do ensino, pois havia o desdobramento do ensino, no qual, este funcionava em turnos, o que prejudicava o tempo escolar e o ensino, a as condições da formação dos professores de nível primário, as elevadas taxas de evasão escolar e repetência escolar, bem como o analfabetismo. De acordo com o Recenseamento Geral do Brasil, em 1940, por exemplo, no Estado de São Paulo, um dos maiores centros urbanos e industriais do país, as taxas de crianças com idade entre cinco a nove anos correspondiam em torno de 15% do total da população geral do Estado. O grupo de crianças que sabia ler e escrever em relação à população correspondia em torno de 3,25% e o grupo que não sabiam ler e escrever em relação à população era em torno de 11,30%.

Os saberes que Almeida Junior articulava junto às representações no ensino primário e a busca pela educação higiênica como um mecanismo que contribuísse com a melhoria das condições precárias em que a população vivia e a deixava exposta a doenças infectocontagiosas, proporcionavam uma educação sanitária no intuito de forjar hábitos para corporificar a higiene e moldar corpos e mentes (ROCHA, 2003).

De acordo com Oriani (2022, p. 5), promover estratégias de higiene, além de necessário, deveria passar pela educação, inclusive quando aponta o curso de Higiene Pública em 1918.

Ainda em 1918, foi realizado um curso de Higiene Pública destinado aos diretores de grupos escolares de todo o estado. A ideia era divulgar, capilarmente, os conhecimentos de higiene adquiridos pelos diretores, nas várias escolas espalhadas pelo interior e pelo litoral de São Paulo. O curso foi uma sugestão de Oscar Thompson, então diretor da Instrução Pública, a Rodrigues Alves, secretário do Interior do Estado, que a acatou prontamente.

Nesse sentido, Oriani (2022) afirma que os debates acerca da higiene escolar, e da própria formação do/a professor/a se fortaleciam diante do cenário vivenciado em virtude da gripe espanhola⁶ que chegou ao nosso país. Diante disso, Almeida Júnior, que ocupava o cargo no Instituto de Higiene na Escola Normal do Braz, elaborou um programa de higiene aos alunos do quarto ano, já que tanto programas quanto planos de ensino eram permitidos caso houvesse aprovação da direção da instituição. Cabe destacar que a posição dos cargos que Almeida Júnior ocupou facilitou a circulação de suas ideias e escritos.

Tanto a higiene quanto a educação partiam de dois caminhos, a formação dos professores a partir dos métodos renovados, além das representações da infância e escolarização.

Nesse ponto, Almeida Junior, em sua tese defendida em 1922, buscava apontar a aquisição de hábitos higiênicos, já que julgava que o futuro da humanidade dependeria da obediência por parte da população das normas sanitárias. Sua defesa estava pautada na educação higiênica, pela qual seria possível promover hábitos higiênicos, proporcionando às futuras gerações novos costumes, que naquele momento eram difíceis de serem alcançados. Por serem as crianças um mecanismo de transformação, estes deveriam ser passados pela escola, como aponta Almeida Júnior (1922, p. 25):

Todos os nossos tecidos são plásticos, mas nenhum, nesse particular, sobreleva ao systema nervoso. A vaga nervosa abre, por si mesma, um leito, cuja profundidade aumenta à medida que os choques se repetem e se sucedem as ondas. Cada influxo, transitando por uma via, é uma solicitação a mais para que o novo influxo siga no seu rasto. A permeabilidade das diferentes vias vai, assim, crescendo pouco a pouco, e chegará o momento em que a resistência por ellas offerecida à corrente nervosa estará reduzida ao mínimo. Constituiu-se, então, o hábito.

Sendo assim, Almeida Júnior sempre buscava tratar da escola comum como princípio de ensino igualitário, sem distinção socioeconômica e de localização urbana ou rural:

Seja, pois, a nossa escola primária, tanto urbana como rural, democraticamente, humanamente, uma escola de ensino 'comum'. Destinada indistintamente a todas as crianças de oito a catorze anos – filhos do comerciante ou do fazendeiro, filhos do colono ou do operário – dê-lhes o mínimo (enquanto não puder dar o máximo) de educação 'comum' indispensável a vida social (ALMEIDA JÚNIOR, 1944, p. 33).

⁶ A gripe espanhola foi o nome que recebeu a pandemia de vírus influenza que se espalhou pelo mundo entre 1918 e 1919. O surto ampliou com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e espalhou-se rapidamente pelo mundo, causando a morte de cerca de 50 milhões de pessoas, embora algumas estatísticas falem em até 100 milhões de mortos (Nota dos autores, 2023).

Para Almeida Júnior, o ensino comum voltado às crianças deveria ter caráter democrático, sem distinção econômica, social e manter as mesmas condições de oportunidades. Defendia também a ampliação do período escolar para proporcionar a cultura necessária para a vida em sociedade, já que o:

[...] ‘mínimo’ de cultura necessário para a vida do cidadão ‘comum’, independentemente da sua profissão. Ainda por este aspecto, a escola primária é universal. Ver-se-á que, conforme a região, apelará para este ou aquele material de objetivação didática, para este ou aquele ‘projeto’. Mas será sempre o mesmo conteúdo do ensino (ALMEIDA JÚNIOR, 1944, p. 34).

Almeida Júnior era considerado um intelectual audacioso para o seu tempo, pois defendia que a escola comum deveria atender ao ambiente em que estava localizada, proporcionando direcionar o ensino à cultura local e satisfazendo as necessidades do desenvolvimento regional com elementos específicos, em virtude da característica das escolas, urbanas ou do campo, porém deveriam manter a mesma estrutura de ensino comum a todo o país.

Segundo Almeida Júnior, a educação primária teria como finalidade, após adquirir os princípios básicos da educação por meio da cultura, possibilitar que as aprendizagens atendessem à plenitude, proporcionando assim a sua função política no intuito de formar o cidadão, conforme aponta:

Finalidade política – politicamente, o que em primeiro lugar compete à escola primária, é formar o cidadão de sua pátria. Dar à criança, sobretudo por meio da geografia, da história e da literatura, o conhecimento da nação e o sentimento da nacionalidade, a fim de que cada cidadão se sinta vinculado aos demais com que convive, e que cada geração se faça ao mesmo tempo a continuação do passado e a preparação do futuro. À função nacionalizadora, associa a escola uma outra, mais larga e mais humana – a de estender os horizontes culturais efetivos da criança além das fronteiras nacionais, – para que (como pedia a Constituição de 1934) se desenvolva, “num espírito brasileiro, a consciência da solidariedade humana” (ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p.10-11).

Para fixação de suas ideias e hábitos higiênicos, principalmente na educação das crianças, elaborou a cartilha de higiene que, de acordo com Oriani (2022, p. 9), possuiu “dezessete edições entre 1923 e 1940”, e tinha como proposta, em especial o texto da epígrafe destinada aos/às professores/as, a orientação de promover a educação em higiene, assim como faziam com os números e língua pátria, no intuito de igualar a importância da temática no ensino primário, como destacou a autora:

As lições da *Cartilha de higiene* são ilustradas e apresentam histórias narradas por um Saci Nelas são tematizados: o asseio pessoal (lavar as mãos, limpar as unhas, escovar os dentes e tomar banho); os cuidados com doenças infecciosas (tuberculose, tracoma, maleita e febre tifoide); e a importância de hábitos saudáveis (ferver leite, ferver água, comer verduras e frutas, usar o banheiro regularmente, dormir em ambiente ventilado, praticar exercícios, usar ambiente claro para ler, respirar adequadamente, não beber álcool e não fumar) - (ORIANI, 2022, p. 8-9).

Resta claro que nos escritos de Almeida Júnior a apresentação dos programas de educação higiênica era determinante, já que a formação de hábitos, tanto de professores/as, quanto das crianças, estaria no escopo das ações combinadas ao ensino e práticas cotidianas de ambos, proporcionando assim o saneamento na educação.

Considerações finais

Na concepção de Almeida Júnior, devido aos problemas educacionais, além da importância da própria escola primária brasileira, as atenções deveriam estar voltadas ao progresso educacional diante do cenário complexo da educação brasileira com elevadas taxas de analfabetismo e à própria conscientização social e cultural.

Acreditamos que a educação pública, democrática e de acesso universal continua sendo um desafio nos dias atuais, porém, Almeida Júnior, em seu tempo, contribuiu significativamente ao levantar os problemas educacionais e levar suas reflexões para as causas higiênicas, mesmo compreendendo os desafios de sua aplicabilidade.

Por fim, consideramos que o signatário Almeida Junior, devido à sua importância no movimento da Escola Nova, necessita de aprofundamento teórico conceitual em relação às questões higienistas e da própria educação. Fica, então, como sugestão a pesquisas futuras, já que ainda se pode refletir sobre o próprio processo de exclusão de parcela significativa da população, devido à precariedade de saúde, o que viabilizaria sua aplicabilidade prática na educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Ferreira de. **O saneamento pela educação**. 1922. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, São Paulo, 1922.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Ferreira de. Os objetivos da escola primária rural. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. I, n. 1, p. 29-35, jul. 1944.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Ferreira de. **E a escola primária?** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. (Atualidades Pedagógicas, v. 72).

Begliomini, Helio. Antônio Ferreira de Almeida Júnior. Professor catedrático de medicina legal. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 305-322, 1941. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/65941>. Acesso em: 26 jan. 2023.

GIRALDELLI, T. R. M.; MACHADO, M. C. G.; MÉLO, C. S. Princípios e Finalidades da Escola Primária e Comum: A Perspectiva de Almeida Júnior (1940-1950). **Revista Educação**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 161-170, 2018. DOI: 10.17564/2316-3828.2018v6n3p161-170. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/5115>. Acesso em: 28 jan. 2023.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa**: pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e a construção do sistema nacional de ensino no Brasil. In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria. **Fundamentos históricos da Educação no Brasil**. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2009. p.103-118.

MANIFESTO dos pioneiros da educação nova: a reconstrução educacional no Brasil. Ao povo e ao Governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

ORIANI, Angélica Pall. Higiene para as escolas primárias: a produção escrita de Antonio Ferreira de Almeida Júnior (1922-1939). **Revista Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 48, n. contínuo, p. e238999, 2022. DOI: 10.1590/S1678-4634202248238999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/195612>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas: Mercado das Letras: Fapesp, 2003.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O Legado educacional do século XX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

TEIXEIRA, Anísio. **A educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.